



CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

RI19

USO INTERNO

Revisão 5

Edição 1

| Revisão | Proposta | Data | Descrição |
|---------|--------------|------------|--|
| 5 | 860-2017 | 2017-11-22 | Inclusão do valor "Privacidade". |
| 4 | 645-2016 | 2016-08-12 | Inclusão dos contactos do Comité de Ética e de Conduta da APS. |
| 3 | 604-2015 | 2015-07-17 | Adequação ao Decreto-Lei 44/2014 que procede à alteração da denominação da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., para APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., e estabelece o regime de transferência dos portos comerciais de Faro e de Portimão. Inclusão da referência às políticas da segurança da informação. Alteração da responsabilidade pelo documento. |
| 2 | GQL.AD13.009 | 2013-04-01 | Revisão do texto para o adequar à Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção. |
| 1 | GQL.AD13.008 | 2013-02-28 | Adaptação do texto para introdução de linguagem inclusiva. |
| 0 | Criação | 2009-12-30 | Adaptação da TB022R0 para criação de um código único. |

| | | | |
|-------------|-------------------|----------|--------------------|
| DAJ | Manuel Piteira | CA | José Luis Cacho |
| RESPONSÁVEL | | APROVADO | |

ÍNDICE

| | | |
|-----|---|---|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 2 |
| 1.1 | Âmbito de aplicação | 2 |
| 1.2 | Objetivos | 2 |
| 1.3 | Acompanhamento e aplicação..... | 3 |
| 2 | VALORES DA APS | 3 |
| 3 | PRÍNCÍPIOS GERAIS DA ATUAÇÃO DA APS | 4 |
| 4 | NORMAS DE CONDUTA..... | 5 |
| 4.1 | Relações internas..... | 5 |
| 4.2 | Relações externas | 7 |
| 4.3 | Período de aplicação | 7 |
| 5 | INCUMPRIMENTO OU NÃO-ACEITAÇÃO | 7 |

1 APRESENTAÇÃO

A ética empresarial, que traduz a aplicação de valores éticos ao comportamento da empresa, vai mais além dos requisitos legais a serem cumpridos e, por isso, está relacionada com as decisões discricionárias e com as atitudes baseadas em valores.

A ética trata do sistema de valores que orientam o comportamento organizacional da APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS), bem como **das relações que se estabelecem com as partes interessadas**. O código de ética e de conduta pretende orientar os colaboradores e colaboradoras da APS de modo a providenciar uma direção para quando se confrontarem com situações não regulamentadas que envolvam uma escolha entre várias alternativas que carecem de ser avaliadas como certas ou erradas.

1.1 Âmbito de aplicação

Este documento aplica-se a todos os aspetos de conduta na atividade da APS, desde as estratégias de gestão de topo até à forma como a empresa e os seus colaboradores e colaboradoras tratam as partes interessadas. O código de ética e de conduta aplica-se a todos os colaboradores e colaboradoras da APS, bem como a todos aqueles que, em algum momento, atuam em nome da APS.

Este código será publicado no sítio da APS e distribuído pelas entidades relevantes.

1.2 Objetivos

Este código pretende providenciar, a todos os seus destinatários, uma visão clara e compreensível do comportamento e atitudes a adotar no decurso do cumprimento da missão da APS, de forma a promover um clima organizacional ético e construtivo, apropriado ao alcance dos objetivos estabelecidos, com respeito pelos princípios do serviço público, da



responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, pela satisfação dos legítimos interesses da coletividade e pelo desenvolvimento de um ambiente saudável.

É também objetivo do código de ética e de conduta dar a conhecer, a todas as entidades externas relevantes, os valores que pautam a atuação da APS, bem como as regras de conduta deles decorrentes, de modo a promover relações de confiança e reforçar a cultura e a identidade da APS como entidade responsável pela função de administração portuária.

1.3 Acompanhamento e aplicação

A entidade responsável pela implementação e acompanhamento do presente código é a **comissão de ética e de conduta**, com composição, mandato e regulamento a definido por deliberação do conselho de administração da APS, CAOS13.015.

A sua **missão** é a deteção, receção, registo, tratamento e análise de preocupações, denúncias e pedidos de esclarecimento de dúvidas em relação às normas vigentes neste código.

Os colaboradores e colaboradoras da APS devem relatar à comissão de ética e de conduta todas as **preocupações, dúvidas ou denúncias** de que tenham conhecimento. Os colaboradores e colaboradoras têm também a obrigação de dar conhecimento, à referida comissão e de forma simples, clara e rápida, de **informações suscetíveis de afetar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da APS** ou de situações que afetem o cumprimento do serviço público.

As **preocupações, dúvidas ou denúncias** devem ser enviadas em carta fechada para:

Comissão de ética e de conduta

APS- Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA

Apartado 16, EC Sines | 7521-953 Sines

PORTUGAL

2 VALORES DA APS

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

Privacidade – A APS encara seriamente a privacidade, bem como, a proteção das pessoas singulares, relativamente ao tratamento de dados pessoais como direito fundamental. Para tal, implementa medidas tecnológicas e organizacionais de modo a manter essa informação segura, precisa, atualizada e completa.

Respeito – A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

Integridade – A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de proteção do consumidor, de proteção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.



Responsabilidade – A APS atinge os seus objetivos através da otimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

Confiança – A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores e colaboradoras, clientes, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

Excelência – A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

Transparência – A APS modela a sua atuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

Inovação – A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

3 PRÍNCÍPIOS GERAIS DA ATUAÇÃO DA APS

A APS, com fundamento nos valores que assume, pauta o seu comportamento de acordo com os seguintes princípios:

Justiça e imparcialidade - A APS, no exercício da sua atividade, trata de forma justa e imparcial todos os cidadãos e cidadãs, atuando segundo rigorosos procedimentos de neutralidade.

Direitos Humanos e Igualdade – A APS centra a sua atuação nas convenções, tratados e organizações, como a declaração dos direitos humanos da nações unidas e a organização internacional do trabalho, e promove a igualdade de oportunidades para todos os seus colaboradores e colaboradoras e partes interessadas. Todas as suas práticas, políticas e procedimentos estão orientados no sentido de impedir a discriminação e tratamento diferenciado.

Boa governança – Boa governança – A gestão da APS é exercida com zelo e transparência, tendo em conta as orientações do acionista e da tutela setorial, a estratégia e os objetivos aprovados, a análise de risco, a avaliação de desempenho e a observância dos mais elevados padrões de governança organizacional.

Responsabilidade social – A APS assume a sua responsabilidade junto do meio envolvente, articulando a sua atividade, nos contextos, económico, tecnológico, político-legal e sócio cultural, em coordenação com as instituições internacionais, nacionais, regionais e locais, bem como pelo respeito pelos seus clientes, concorrentes, fornecedores e comunidade em geral.

Saúde e segurança – A proteção da saúde e segurança é uma das prioridades da APS, tendo em conta que todos têm o direito a desempenhar as suas funções num ambiente saudável e seguro.

Valorização profissional – A APS trata com respeito e integridade os seus colaboradores e colaboradoras, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional, através do investimento na área da formação em todas as vertentes do saber e em particular ao nível



do desenvolvimento de competências individuais, fomentando a criação de novas oportunidades de evolução profissional. A APS assegura que os seus colaboradores e colaboradoras próprios e os subcontratados têm formação adequada, promovendo a sensibilização para a melhoria contínua dos serviços prestados, bem como para as questões ambientais e segurança e saúde no trabalho.

Ambiente e sustentabilidade – A APS desempenha a sua atividade orientada no sentido do desenvolvimento sustentável, assegurando a integração com o meio social envolvente e a melhoria contínua através de uma estratégia responsável e consequente em matéria ambiental. A APS compromete-se a controlar e minimizar a poluição, designadamente os resíduos gerados pelas suas atividades, promovendo o recurso ao investimento em novas tecnologias e processos menos poluentes.

4 NORMAS DE CONDUTA

As normas de conduta devem ser entendidas como reguladoras da atitude geral dos colaboradores e colaboradoras, interna e externamente, na sua relação com os clientes e fornecedores, partes interessadas, entidades reguladoras e sociedade em geral.

4.1 Relações internas

Os colaboradores e colaboradoras constituem um ativo indispensável da APS, pelo que todos devem contribuir para a criação e manutenção de um bom clima de trabalho, nomeadamente:

Cumprimento da Lei – Os colaboradores e colaboradoras da APS devem cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, tomando especial atenção ao cumprimento de normas de natureza fiscal, de concorrência, de proteção do consumidor, de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras quanto à higiene e segurança, de natureza ambiental e de índole laboral.

Confidencialidade e sigilo profissional – Todos os colaboradores e colaboradoras estão sujeitos ao sigilo profissional, em particular nas matérias que pela sua importância ou legislação existente não devam ser do conhecimento geral, usando de reserva e discrição relativamente aos factos e informações de que tenham conhecimento no exercício das suas funções e respeitando as regras instituídas quanto à confidencialidade, de acordo com o definido no Sistema de Gestão de Segurança da Informação.

No âmbito da segurança da informação todos os colaboradores e colaboradoras, fornecedores ou parceiros da APS, têm a responsabilidade de cumprir com as políticas estabelecidas, alertar quaisquer ameaças, à organização e à sua informação através dos canais apropriados.

Prevenção de conflitos de interesse – Os colaboradores e colaboradoras devem, no exercício das suas funções, abster-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses. Sempre que, no exercício da sua atividade, os colaboradores e colaboradoras sejam chamados a intervir em processos de decisão que envolvam direta ou indiretamente organizações com que colaborem ou tenham colaborado, ou pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco ou afinidade, devem comunicar às chefias respetivas, a existência dessas ligações. Os colaboradores e colaboradoras devem, ainda, renunciar a quaisquer funções fora da organização, sempre que essas atividades ponham em causa o cumprimento dos seus deveres, ou em entidades cujos objetivos possam colidir ou interferir com os objetivos da APS.



Relacionamento interpessoal – Todos os colaboradores e colaboradoras devem contribuir para a criação e manutenção de um bom clima de trabalho, nomeadamente através da colaboração e cooperação mútua. Para esse fim, deverão colaborar entre si, não tentando obter vantagens pessoais à custa de outros colaboradores e colaboradoras, cumprindo as decisões dos seus superiores, tomadas de acordo com as políticas da empresa, ou incentivando e apoiando os subordinados na sua aplicação.

Aperfeiçoamento e mérito profissional – Os colaboradores e colaboradoras da APS devem procurar, de forma contínua, aperfeiçoar e atualizar os seus conhecimentos, tendo em vista a manutenção ou melhoria das suas capacidades profissionais e a prestação de melhores serviços aos clientes.

É considerado conflito de interesse qualquer situação em que o colaborador ou colaboradora, por força do exercício das suas funções, ou por causa delas, tenha de tomar decisões ou tenha contacto com procedimentos administrativos de qualquer natureza que possam afetar, ou em que possam estar em causa, interesses particulares, seus ou de terceiros e que por essa via prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor das decisões administrativas que tenham de ser tomadas, ou que possam suscitar a mera dúvida sobre a isenção e o rigor que são devidos ao exercício de funções públicas.

Recurso a atividades ilegais – Os colaboradores e colaboradoras da APS não devem aceitar ou recorrer a pagamentos ou favores, de clientes ou fornecedores, nem entrar em cumplicidades para obter vantagens sobre os concorrentes, e devem recusar obter informações comerciais através de meios ilegais.

Fiscalidade – Os colaboradores e colaboradoras da APS devem apresentar um comportamento eticamente irrepreensível em relação a normas fiscais, branqueamento de capitais, concorrência, proteção do consumidor, natureza ambiental e índole laboral

Transações particulares efetuadas por colaboradores – Os colaboradores e colaboradoras da APS não devem participar ou manter quaisquer contratos ou transações, em condições diferentes das normais de mercado, com entidades com as quais a APS mantenha relações comerciais ou institucionais.

Utilizações dos recursos da empresa – Os recursos da APS devem ser usados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objetivos definidos, e não para fins pessoais, devendo os colaboradores e colaboradoras zelar pela proteção e bom estado de conservação do património da empresa.

Fontes de financiamento e orçamentos – Os colaboradores e colaboradoras da APS devem elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento das missões e objetivos definidos.

Ofertas – Todos os colaboradores e colaboradoras devem abster-se de quaisquer práticas que possam pôr em causa a irrepreensibilidade do seu comportamento, nomeadamente no que se refere a ofertas de ou a terceiros. As ofertas a terceiros não deverão ser feitas a título pessoal, mas segundo as vias normais estabelecidas. As ofertas recebidas de terceiros, incluindo presentes ou a participação em eventos com componentes lúdicas, deverão ser recusadas se a sua aceitação for criadora de expectativas de favorecimento pessoal ou comercial.

Comunicação para a Imprensa e Publicidade – As informações prestadas aos meios de comunicação social e através da publicidade devem ser de classificação “público” e possuir carácter informativo e verdadeiro, respeitando os parâmetros culturais e éticos da



comunidade, o meio ambiente e o respeito pela dignidade humana. Devem, ainda, contribuir para a criação de valor e dignificação da APS, devendo a sua oportunidade ser previamente validada pela linha hierárquica do ou da interveniente. A difusão para os media deve seguir os canais definidos na APS.

4.2 Relações externas

Aos colaboradores e colaboradoras, na sua atividade de representação da APS, é ainda exigida uma atitude de comprometimento com as seguintes normas:

Clientes e fornecedores – A APS trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores, estabelecendo procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços e adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de legalidade e de economia que assegurem a eficiência das transações realizadas, a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito e considerando os requisitos da qualidade, ambiente, segurança e segurança da informação. A conduta dos colaboradores e colaboradoras nas relações com clientes e fornecedores pautam-se por práticas honestas, esclarecidas e profissionais e, bem assim, por contribuir para a criação de um vínculo de confiança e credibilidade, promovendo junto dos seus parceiros a observância dos regulamentos e práticas de qualidade, ambiente e segurança que estejam em vigor.

Acionistas e outras partes interessadas – Na definição e implementação das suas políticas, estratégia e prática organizacionais, a APS tem como uma das suas preocupações fulcrais assegurar a valorização dos capitais investidos e, bem assim, harmonizar a evolução dos negócios da APS com as expectativas das suas partes interessadas, considerados parceiros. A APS assume a regra do tratamento igualitário das partes interessadas.

Governo, autoridades e entidades reguladoras – A APS presta às autoridades de supervisão e fiscalização toda a colaboração que se encontre ao seu alcance, satisfazendo as solicitações que lhes forem dirigidas e não adotando qualquer comportamento que possa impedir, ou dificultar, o exercício das competências de supervisão cometidas a essas autoridades.

Relacionamento com a sociedade – Os valores, políticas, planos estratégicos e gestão da APS têm sempre em conta os interesses sociais, pelo que presta informação ao público através da sua página na Internet e de contactos com a comunicação social, garantindo verdade e clareza.

4.3 Período de aplicação

Estas normas de conduta são aplicáveis enquanto os colaboradores e colaboradoras mantêm uma relação de vínculo à APS e também, com as necessárias adaptações e atendendo ao quadro legal aplicável, num período razoável após esse exercício de funções.

5 INCUMPRIMENTO OU NÃO-ACEITAÇÃO

O incumprimento ou a não-aceitação das normas gerais de conduta refletidas no presente código de ética e de conduta constitui infração disciplinar (IO004) punível nos termos dos regulamentos em vigor, sem prejuízo da responsabilidade civil, contraordenacional, criminal ou outra que possa ocorrer.